

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	43

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	114.181.880
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>114.181.880</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Extraordinária	21/01/2014	Juros sobre Capital Próprio	21/01/2014	Ordinária		0,01768
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	15/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	15/04/2014	Ordinária		0,02029
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	15/04/2014	Dividendo	16/04/2014	Ordinária		0,41383
Reunião do Conselho de Administração	18/08/2014	Dividendo	18/08/2014	Ordinária		0,37072

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	802.356	797.907
1.01	Ativo Circulante	120.559	247.051
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	27.698	195.356
1.01.03	Contas a Receber	22.032	18.323
1.01.03.01	Clientes	21.931	18.285
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	101	38
1.01.04	Estoques	947	847
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.456	924
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	68.426	31.601
1.01.08.03	Outros	68.426	31.601
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar	2.366	1.771
1.01.08.03.02	Contas a receber - partes relacionadas	28.876	18.289
1.01.08.03.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	37.184	11.541
1.02	Ativo Não Circulante	681.797	550.856
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	398.537	278.506
1.02.01.06	Tributos Diferidos	49.716	42.444
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	49.716	42.444
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	5	14
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	348.691	235.955
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	348.691	235.955
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	125	93
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	125	93
1.02.03	Imobilizado	641	439
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	641	439
1.02.04	Intangível	282.619	271.911
1.02.04.01	Intangíveis	282.619	271.911

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	802.356	797.907
2.01	Passivo Circulante	229.842	65.274
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.494	2.831
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.494	2.831
2.01.02	Fornecedores	5.487	5.357
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.487	5.357
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.221	16.816
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.609	15.266
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.850	13.382
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.759	1.884
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.612	1.550
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	159.121	9.456
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	29
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	29
2.01.04.02	Debêntures	159.121	9.427
2.01.05	Outras Obrigações	16.653	14.500
2.01.05.02	Outros	16.653	14.500
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.161	1.716
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	2.274	2.068
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	8.039	7.637
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	608	323
2.01.05.02.07	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	2.571	2.756
2.01.06	Provisões	25.866	16.314
2.01.06.02	Outras Provisões	25.866	16.314
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	25.866	16.314
2.02	Passivo Não Circulante	404.608	543.864
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	305.903	447.671
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	92
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	92
2.02.01.02	Debêntures	305.903	447.579
2.02.02	Outras Obrigações	19.921	24.176
2.02.02.02	Outros	19.921	24.176
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	19.921	24.176
2.02.04	Provisões	78.784	72.017
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	962	1.052
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	30	49
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	932	1.003
2.02.04.02	Outras Provisões	77.822	70.965
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	75.447	68.697
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	2.375	2.268
2.03	Patrimônio Líquido	167.906	188.769
2.03.01	Capital Social Realizado	117.655	117.655
2.03.02	Reservas de Capital	330	330
2.03.04	Reservas de Lucros	49.921	70.784
2.03.04.01	Reserva Legal	23.532	23.532
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	26.389	47.252

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	94.138	278.473	94.878	239.873
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-44.389	-143.078	-49.475	-120.724
3.03	Resultado Bruto	49.749	135.395	45.403	119.149
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.944	-14.757	-3.043	-7.829
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.014	-15.066	-3.213	-8.067
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-5.638	-13.934	-3.035	-7.549
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-357	-1.042	-140	-430
3.04.02.03	Tributárias	-19	-90	-38	-88
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	70	309	170	238
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	43.805	120.638	42.360	111.320
3.06	Resultado Financeiro	-2.004	-10.981	-3.424	-14.560
3.06.01	Receitas Financeiras	13.255	37.476	7.546	20.330
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.259	-48.457	-10.970	-34.890
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	41.801	109.657	38.936	96.760
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.673	-34.900	-12.780	-30.943
3.08.01	Corrente	-16.164	-42.172	-15.808	-38.043
3.08.02	Diferido	2.491	7.272	3.028	7.100
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.128	74.757	26.156	65.817
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	28.128	74.757	26.156	65.817
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,24630	0,65470	0,22907	0,57642

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	28.128	74.757	26.156	65.817
4.03	Resultado Abrangente do Período	28.128	74.757	26.156	65.817

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	135.879	127.803
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	58.902	61.287
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	34.677	32.814
6.01.01.02	Baixa de Ativo Permanente	63	101
6.01.01.03	Imposto de renda e Contribuição social Diferidos	-7.272	-7.100
6.01.01.04	Despesas de Juros, Liquida de Receitas	14.892	14.027
6.01.01.05	Aumento (redução) das provisões para riscos civeis e trabalhistas	-48	789
6.01.01.06	Reversão de Receita Diferida	181	196
6.01.01.07	Provisão para Manutenção em Rodovias	12.460	17.314
6.01.01.08	Resultado Financeiro com Ajuste a Valor Presente	3.949	3.146
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.220	699
6.01.02.01	Contas a Receber	-3.651	-4.817
6.01.02.02	Outros Créditos	-63	-78
6.01.02.03	Estoques	-100	125
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-523	-444
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	3.829	2.991
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-32	-28
6.01.02.07	Fornecedores	485	-760
6.01.02.08	Fornecedores-Partes Relacionadas	-185	473
6.01.02.09	Obrigações Sociais	663	681
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	34.578	32.919
6.01.02.11	Cauções Contratuais	206	-460
6.01.02.12	Credores pela Concessão	30	-323
6.01.02.13	Outros	104	8
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-33.079	-29.418
6.01.02.15	Aumento (redução) das provisões para riscos civeis e trabalhistas	-42	-170
6.01.03	Outros	74.757	65.817
6.01.03.01	Lucro Líquido	74.757	65.817
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-70.567	-9.848
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado	-444	-52
6.02.02	Adições ao Intangível	-45.561	-18.608
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-36.844	-62.429
6.02.04	Resgate sobre as Aplicações Financeiras	12.282	71.241
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-232.970	-225.121
6.03.01	Captações	-100.000	-53.000
6.03.02	Pagamentos Principal (empréstimos, financiamentos e debêntures)	-121	-67.967
6.03.03	Pagamentos Juros (empréstimos, financiamentos e debêntures)	-34.000	-24.429
6.03.04	Pagamentos Credores pela Concessão	-5.580	-5.226
6.03.05	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-3.685	-5.182
6.03.06	Pagamento de Dividendos	-89.584	-69.317
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-167.658	-107.166
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	195.356	132.034



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	27.698	24.868

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	70.784	0	0	188.769
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	70.784	0	0	188.769
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-47.252	-48.368	0	-95.620
5.04.06	Dividendos	0	0	-47.252	-42.333	0	-89.585
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.035	0	-6.035
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.757	0	74.757
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.757	0	74.757
5.07	Saldos Finais	117.655	330	23.532	26.389	0	167.906

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	55.758	0	0	173.743
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	55.758	0	0	173.743
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-35.657	-39.397	0	-75.054
5.04.06	Dividendos	0	0	-35.657	-33.660	0	-69.317
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.737	0	-5.737
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	65.817	0	65.817
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	65.817	0	65.817
5.07	Saldos Finais	117.655	330	20.101	26.420	0	164.506

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
7.01	Receitas	300.633	260.564
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	253.715	236.967
7.01.02	Outras Receitas	1.713	1.568
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	45.205	22.029
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-107.468	-85.574
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-95.764	-72.801
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.261	-4.033
7.02.04	Outros	-5.443	-8.740
7.02.04.01	Custo da Concessão	-5.533	-8.121
7.02.04.02	Outros	90	-619
7.03	Valor Adicionado Bruto	193.165	174.990
7.04	Retenções	-34.668	-32.814
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.668	-32.814
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	158.497	142.176
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.782	20.568
7.06.02	Receitas Financeiras	37.476	20.330
7.06.03	Outros	306	238
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	196.279	162.744
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	196.279	162.744
7.08.01	Pessoal	12.680	9.489
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.371	6.949
7.08.01.02	Benefícios	2.550	1.980
7.08.01.03	F.G.T.S.	759	560
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	59.826	53.671
7.08.02.01	Federais	47.028	41.748
7.08.02.02	Estaduais	18	15
7.08.02.03	Municipais	12.780	11.908
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	49.016	33.767
7.08.03.01	Juros	42.658	29.372
7.08.03.02	Aluguéis	2.384	1.249
7.08.03.03	Outras	3.974	3.146
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	74.757	65.817
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.035	5.737
7.08.04.02	Dividendos	0	33.660
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	68.722	26.420

**Ribeirão Preto, 05 de novembro 2014** - A Autovias S.A. comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2014, período encerrado em 30 de setembro de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

## COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

### Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 3T14 foi de 12,1 milhões de veículos equivalentes, apresentando uma retração de 2,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, reflexo do momento econômico pelo qual o Brasil está passando, com desaceleração nos principais indicadores de renda, emprego, produção. Em relação ao 2T14 houve um ligeiro crescimento de (3,0%) registrado em função da sazonalidade do período na região.

### Receita Operacional Bruta:

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 3T14 de R\$102,0 milhões, apresentando uma ligeira queda de R\$0,5 mil ou 1,1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, decorrente da diminuição da Receita de Obras em R\$3,9 milhões, em contrapartida, as Receitas de Pedágio aumentaram R\$3,4 milhões em função do reajuste das tarifas em Jul/14. Em relação ao 2T14 a receita bruta apresentou aumento de (7,6%), consequência do reajuste das tarifas em Jul/14.

### Custos e Despesas:

- Os custos e despesas totais no 3T14 (excluído depreciação e amortização) diminuíram R\$2,9 milhões (7,0%) em comparação ao mesmo período do ano anterior, impulsionados principalmente pelos custos de serviço construção em R\$3,8 milhões (24,8%) referente a obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira - km 307+500m da SP-330 em Ribeirão Preto – SP que foi incluída em maio de 2013 no cronograma do contrato de concessão e também pelas despesas com provisão de manutenção em R\$1,4 milhões, em contrapartida as despesas administrativas aumentaram R\$ 3,0 milhões em função do novo critério de rateio aprovado pela Holding com efeito retroativo a janeiro de 2014, excluindo o custo de serviço de construção os custos e despesas aumentaram (4,0%). Em relação ao 2T14 houve uma retração de R\$7,4 milhões (16,2%) em função das razões apresentadas.

**EBITDA e EBITDA Ajustado:**

- O EBITDA e o EBITDA ajustado no 3T14 aumentaram 3,9% e 1,0% respectivamente, quando comparados ao mesmo período do ano anterior, em razão principalmente do aumento das receitas de pedágio pelo reajuste da tarifa ocorrido em Jul/14. Em relação ao 2T14, o EBITDA teve um aumento de 11,2% em razão principalmente da maior proporção do aumento das receitas de pedágio em 7,6% em relação aos custos e despesas (16,2%).

**Resultado Financeiro:**

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido negativo de R\$2,0 milhões, representando uma diminuição de 41,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, tendo como principal fator o aumento das receitas financeiras em 75,7%, consequência dos saldos das aplicações financeiras que ficaram maiores em função da captação de R\$300 milhões de debêntures em dezembro de 2013 e também pelo empréstimo cedido a holding a título de mútuos no valor total de R\$100 milhões em 2014.

**Lucro Líquido:**

- A Companhia obteve lucro de R\$28,1 milhões no 3T14, apresentando um aumento de 7,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e 15,7% em relação ao 2T14, em razão das variações previamente apresentadas.

**Endividamento:**

- A Autovias encerrou o 3T14 com um endividamento bruto de R\$465,0 milhões contra R\$468,0 milhões no trimestre anterior. O aumento decorre principalmente dos juros acumulados do período referente as debêntures da 1ª emissão 2ª série e da 3ª emissão (série CDI).
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$376,7 milhões no 2T14 para R\$400,1 milhões no 3T14, apresentando um aumento de R\$ 23,9 milhões, que teve como fator principal a distribuição de dividendos adicionais em setembro de 2014 no valor de R\$42,3 milhões.

**Investimentos**

- No 3T14 a Companhia investiu R\$46,0 milhões em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$18,3 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação do pavimento das rodovias, melhorias e execução de passarelas, recuperação de estruturas de contenção, implantação de elementos de proteção e segurança, dentre outras.

## ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
Autovias	12.524.629	12.155.157	12.786.677	3,0%	-2,0%	36.527.085	34.938.048	4,5%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>101.964</b>	<b>103.123</b>	<b>102.418</b>	<b>-1,1%</b>	<b>-0,4%</b>	<b>300.633</b>	<b>260.564</b>	<b>15,4%</b>
Receitas de pedágio	89.704	83.390	86.318	7,6%	3,9%	253.715	236.966	7,1%
Receitas de obras	11.698	19.161	15.559	-38,9%	-24,8%	45.205	22.029	105,2%
Receitas acessórias	562	572	541	-1,7%	3,9%	1.713	1.568	9,2%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(7.826)</b>	<b>(7.286)</b>	<b>(7.540)</b>	<b>7,4%</b>	<b>3,8%</b>	<b>(22.160)</b>	<b>(20.690)</b>	<b>7,1%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>94.138</b>	<b>95.837</b>	<b>94.878</b>	<b>-1,8%</b>	<b>-0,8%</b>	<b>278.473</b>	<b>239.874</b>	<b>16,1%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>(37.915)</b>	<b>(45.267)</b>	<b>(40.772)</b>	<b>-16,2%</b>	<b>-7,0%</b>	<b>(123.158)</b>	<b>(95.740)</b>	<b>28,6%</b>
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(10.509)	(10.814)	(10.982)	-2,8%	-4,3%	(32.151)	(35.281)	-8,9%
Custo dos serv. de construção	(11.698)	(19.161)	(15.559)	-38,9%	-24,8%	(45.205)	(22.029)	105,2%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.548)	(5.375)	(2.938)	3,2%	88,8%	(13.684)	(7.249)	88,8%
Remuneração da administração	(357)	(530)	(140)	-32,6%	154,8%	(1.042)	(430)	142,3%
Despesas tributárias	(19)	(25)	(38)	-24,5%	-49,6%	(90)	(88)	1,9%
Provisão para manutenção em rodovias	(9.854)	(9.493)	(11.286)	3,8%	-12,7%	(31.294)	(30.901)	1,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	70	130	170	-46,2%	-58,8%	309	238	29,8%
<b>EBITDA</b>	<b>56.223</b>	<b>50.570</b>	<b>54.106</b>	<b>11,2%</b>	<b>3,9%</b>	<b>155.315</b>	<b>144.134</b>	<b>7,8%</b>
Margem EBITDA	59,7%	52,8%	57,0%			55,8%	60,1%	
<b>DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES</b>	<b>(12.418)</b>	<b>(11.510)</b>	<b>(11.747)</b>	<b>7,9%</b>	<b>5,7%</b>	<b>(34.676)</b>	<b>(32.814)</b>	<b>5,7%</b>
Depreciação de imobilizado	(90)	(84)	(95)	6,7%	-5,7%	(251)	(299)	-16,1%
Amortização do intangível	(12.328)	(11.425)	(11.651)	7,9%	5,8%	(34.426)	(32.516)	5,9%
0	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(2.004)</b>	<b>(3.984)</b>	<b>(3.424)</b>	<b>-49,7%</b>	<b>-41,5%</b>	<b>(10.981)</b>	<b>(14.560)</b>	<b>-24,6%</b>
Receitas financeiras	13.255	12.179	7.546	8,8%	75,7%	37.476	20.330	84,3%
Despesas financeiras	(15.259)	(16.163)	(10.970)	-5,6%	39,1%	(48.457)	(34.890)	38,9%
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>41.801</b>	<b>35.076</b>	<b>38.936</b>	<b>19,2%</b>	<b>7,4%</b>	<b>109.658</b>	<b>96.760</b>	<b>13,3%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(13.673)</b>	<b>(10.767)</b>	<b>(12.780)</b>	<b>27,0%</b>	<b>7,0%</b>	<b>(34.900)</b>	<b>(30.943)</b>	<b>12,8%</b>
Corrente	(16.164)	(12.940)	(15.808)	24,9%	2,3%	(42.172)	(38.043)	10,9%
Diferido	2.491	2.173	3.028	14,6%	-17,7%	7.272	7.100	2,4%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>28.128</b>	<b>24.309</b>	<b>26.156</b>	<b>15,7%</b>	<b>7,5%</b>	<b>74.758</b>	<b>65.817</b>	<b>13,6%</b>

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>56.223</b>	<b>50.570</b>	<b>54.106</b>	<b>11,2%</b>	<b>3,9%</b>	<b>155.315</b>	<b>144.134</b>	<b>7,8%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	9.854	9.493	11.286	3,8%	-12,7%	31.294	30.901	1,3%
<b>EBITDA Ajustado<sup>2</sup></b>	<b>66.077</b>	<b>60.062</b>	<b>65.392</b>	<b>10,0%</b>	<b>1,0%</b>	<b>186.610</b>	<b>175.035</b>	<b>6,6%</b>

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

## Notas Explicativas

### AUTOVIAS S.A.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autovias S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 23 de julho de 1998, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 01 de setembro de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.646 de 18 de dezembro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia Antônio Machado Sant'anna SP-255 (Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-328 - Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara - entroncamento com a SP 310), SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (acesso a São Carlos e Rincão - entroncamento com a SP-255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca - entroncamento com a SP-334 e Itirapuã), SP-330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-334) e SP- 334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto - entroncamento com a Via Anhanguera e Franca), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

A Sociedade acordou junto à Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("ARTESP") a inclusão, no contrato de concessão, de uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249. A inclusão das obras no contrato e o seu reequilíbrio econômico-financeiro serão realizados por meio da metodologia de Fluxo de Caixa Marginal, cujo reequilíbrio se dará com a extensão do prazo de concessão do contrato da Sociedade estimada por 6 meses, levando o término da concessão para maio de 2019.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.



## Notas Explicativas

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 05 de novembro de 2014.

### 2. CONCESSÕES

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2013, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 30 de setembro de 2014, os montantes de R\$155.799 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$223.835 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de setembro de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

### 3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	27.755	16.813
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>25.866</u>	<u>16.314</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.889</u>	<u>499</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	8.241	7.832
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>8.039</u>	<u>7.637</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>202</u>	<u>195</u>

## Notas Explicativas

### Não circulantes

Provisão para investimento em rodovias - real	2.900	2.900
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>2.375</u>	<u>2.268</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>525</u>	<u>632</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	88.047	81.272
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>75.447</u>	<u>68.697</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>12.600</u>	<u>12.575</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	22.486	27.780
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>19.921</u>	<u>24.176</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>2.565</u>	<u>3.604</u>

(\*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	1.875	1.323
Aplicações financeiras (*)	<u>25.823</u>	<u>194.033</u>
Total	<u>27.698</u>	<u>195.356</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a Fundos de Investimento, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,5% da variação do CDI no período.

## 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	21.189	17.740
Cupons de pedágio a receber	341	312
Cartões de pedágio a receber	248	119
Receitas acessórias a receber	<u>153</u>	<u>113</u>
Total	<u>21.931</u>	<u>18.285</u>

(\*) Conforme nota explicativa nº 24c.

## Notas Explicativas

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

### 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	962	1.052
Provisão de participação nos lucros	840	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (b):		
Provisão para manutenção	101.313	85.011
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	41.685	37.943
Ajuste dos encargos financeiros	<u>1.425</u>	<u>832</u>
Base de cálculo	<u>146.225</u>	<u>124.838</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>49.716</u>	<u>42.444</u>

(a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(b) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Ativo não circulante	
2015 (após setembro)	7.361
2016	15.304
2017	15.926
2018	<u>11.125</u>
	<u>49.716</u>

## Notas Explicativas

### 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

#### Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros e da parcela de principal (anual) das debêntures da 1ª emissão 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em 30 de setembro de 2014 o valor da aplicação é de R\$37.184 (R\$11.541 em 31 de dezembro de 2013), essas aplicações foram remuneradas em média 93,0% da variação do CDI.

**Notas Explicativas****9. IMOBILIZADO**

A movimentação em 30 de setembro de 2014 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado bruto</u>					
Saldo em 31.12.2013	616	733	309	630	2.288
Adições	47	335	44	18	444
Alienações/baixas	(1)	(14)	-	-	(15)
Saldo em 30.09.2014	662	1.054	353	648	2.717
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2013	(438)	(722)	(127)	(562)	(1.849)
Depreciações	(53)	(66)	(45)	(86)	(250)
Alienações/baixas	1	22	-	-	23
Saldo em 30.09.2014	(490)	(766)	(172)	(648)	(2.076)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2013	178	11	182	68	439
Saldo em 30.09.2014	172	288	181	-	641
Taxas de depreciação - %	12%	21%	20%	11%	-

## Notas Explicativas

## 10. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de setembro de 2014 é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2013	624.530	28.254	192	3.068	40.274	59	696.377
Adições	1.932	-	-	421	42.443	409	45.205
Alienações/baixas	(31)	-	-	(11)	-	(53)	(95)
Transferência	8	-	-	-	(8)	-	-
Saldo em 30.09.2014	<u>626.439</u>	<u>28.254</u>	<u>192</u>	<u>3.478</u>	<u>82.709</u>	<u>415</u>	<u>741.487</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2013	(401.279)	(20.970)	(141)	(2.076)	-	-	(424.466)
Amortizações	(33.125)	(1.095)	(8)	(199)	-	-	(34.427)
Alienações/baixas	24	-	-	1	-	-	25
Saldo em 30.09.2014	<u>(434.380)</u>	<u>(22.065)</u>	<u>(149)</u>	<u>(2.274)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(458.868)</u>
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2013	223.251	7.284	51	992	40.274	59	271.911
Saldo em 30.09.2014	192.059	6.189	43	1.204	82.709	415	282.619
Taxas anuais de amortização - %	18,68%	18,68%	18,68%	18,68%	-	-	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.

## Notas Explicativas

- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

## Notas Explicativas

### 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de equipamentos - (FINAME) (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 3,95% a.a.	-	29
Passivo não circulante:			
Financiamento de equipamentos - (FINAME) (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 3,95% a.a.	-	92

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias. Em 17 de fevereiro de 2014, este financiamento foi quitado integralmente.

### 12. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30.09.2014</u>		<u>31.12.2013</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Março/2017	59.946	102.508	9.461	148.675
3ª emissão (b)	<u>30.000</u>	CDI + 0,83% a.a.	Agosto/2017	<u>99.856</u>	<u>204.000</u>	<u>726</u>	<u>300.000</u>
	<u>150.000</u>			<u>159.802</u>	<u>306.508</u>	<u>10.187</u>	<u>448.675</u>
Custo de transação				<u>(681)</u>	<u>(605)</u>	<u>(760)</u>	<u>(1.096)</u>
Total				<u>159.121</u>	<u>305.903</u>	<u>9.427</u>	<u>447.579</u>

- (a) 1ª emissão 2ª série de debêntures de 15 de março de 2010 com valor real unitário em 30 de setembro de 2014 de R\$1 (um mil reais) cada uma.
- (b) 3ª emissão de debêntures emitidas em 18 de dezembro de 2013 com valor real unitário em 30 de setembro de 2014 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
2ª Série -	15.03.10	120.000	27.04.10	121.900
3ª Emissão -	18.12.13	<u>300.000</u>	26.12.13	<u>300.363</u>
		<u>420.000</u>		<u>422.263</u>

A remuneração das debêntures da 1ª emissão 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, desde março de 2011, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.



## Notas Explicativas

A remuneração das debêntures da 3ª emissão é paga semestralmente a partir de 18 de fevereiro de 2014 e amortizadas em 3 parcelas anuais, sendo a primeira em fevereiro de 2015 e a última em fevereiro de 2017.

Em 30 de setembro de 2014, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

### Ano de vencimento

2015 (após setembro)	(128)
2016	158.137
2017	<u>147.894</u>
	<u>305.903</u>

As debêntures da 1ª emissão 2ª série contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública", arquivado na CVM.

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento ("Sinking Fund"), conforme descrito na nota explicativa nº8.

As debêntures da 3ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Escrituras e aditamentos de debêntures", arquivado na CVM.

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.

## Notas Explicativas

2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

### 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações realizadas nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

**Notas Explicativas**

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	<u>28.858</u>	<u>18.275</u>
Contas a receber:		
Latina Manutenção de Rodovias	-	14
Centrovias S.A.	3	-
Intervias S.A.	3	-
Vianorte S.A.	3	-
Arteris S.A.	<u>9</u>	-
Total	<u>28.876</u>	<u>18.289</u>

<u>Ativo não circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	<u>348.691</u>	<u>235.955</u>
Total	<u>348.691</u>	<u>235.935</u>

<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (a)	736	269
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	1.603	2.248
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	229	236
Centrovias S.A. (b)	3	3
Vianorte S.A. (b)	<u>0</u>	-
Total	<u>2.571</u>	<u>2.756</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	<u>3.161</u>	<u>1.716</u>
Total	<u>5.732</u>	<u>4.472</u>

Período de Nove Meses

Contas de Resultado:	<u>30.09.2014</u>			<u>30.09.2013</u>		
	<u>Conservação da rodovia (c)</u>	<u>Receitas financeiras (d)</u>	<u>Despesas gerais (a) e (b)</u>	<u>Conservação da rodovia (c)</u>	<u>Receitas financeiras (d)</u>	<u>Despesas gerais (a) e (b)</u>
Arteris S.A.	-	27.434	6.970	-	14.983	1.263
Latina Manutenção de Rodovias	18.755	-	-	15.032	-	-
Latina Sinalização de Rodovias	<u>2.757</u>	-	-	<u>991</u>	-	-
Total	<u>21.512</u>	<u>27.434</u>	<u>6.970</u>	<u>16.023</u>	<u>14.983</u>	<u>1.263</u>

**Notas Explicativas**

Contas de Resultado:	Trimestre					
	30.09.2014			30.09.2013		
	<u>Conservação da rodovia</u> (c)	<u>Receitas financeiras</u> (d)	<u>Despesas gerais</u> (a)/(b)	<u>Conservação da rodovia</u> (c)	<u>Receitas financeiras</u> (d)	<u>Despesas gerais</u> (a)/(b)
Arteris S.A. Latina	-	11.218	2.775	-	5.913	499
Manutenção de Rodovias Latina	5.190	-	-	6.722	-	-
Sinalização de Rodovias	<u>481</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>594</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>5.671</u></b>	<b><u>11.218</u></b>	<b><u>2.775</u></b>	<b><u>7.316</u></b>	<b><u>5.913</u></b>	<b><u>499</u></b>

Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (d) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,037% a 1,6% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2014 e do principal a partir de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
22/08/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	40.000	28.992	24.277
18/09/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	48.000	34.089	28.477
04/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	3.000	2.002	1.660
17/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	23.000	15.189	12.579
26/12/2012	Dezembro de 2015	CDI + 1,6% a.a.	15.000	2.517	1.261
07/02/2013	Fevereiro de 2016	CDI + 1,6% a.a.	53.000	8.377	3.976
05/03/2014	Março de 2017	CDI + 1,4% a.a.	30.000	1.758	-
01/04/2014	Abril de 2017	CDI + 1,4% a.a.	30.000	1.526	-
25/06/2014	Junho de 2017	CDI + 1,4% a.a.	<u>40.000</u>	<u>1.099</u>	<u>-</u>
			<b><u>282.000</u></b>	<b><u>95.549</u></b>	<b><u>72.230</u></b>

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2014, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.042 (R\$430 em 30 de setembro de 2013), a

## Notas Explicativas

título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$840 e R\$1.047.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas à diretoria para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

**Notas Explicativas****14. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

Estão representadas por:	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Imposto de renda	11.563	9.763
Contribuição social	4.287	3.619
Imposto de renda retido na fonte-IRRF	300	451
Programa de integração social-PIS	196	183
Contribuição para financiamento da seguridade social-COFINS	907	845
Tributos federais retidos	356	405
Impostos sobre serviços-ISS	<u>1.612</u>	<u>1.550</u>
Total	<u>19.221</u>	<u>16.816</u>

**15. CREDORES PELA CONCESSÃO**

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário Estadual de Logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGP - M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013. Na data base de 30 de setembro de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o

## Notas Explicativas

reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 5,17% que não correspondeu a variação do IPCA do período. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Direito de outorga	7.590	7.219	7.792	7.414
Parcela variável (a)	449	418	449	418
<b>Total</b>	<b><u>8.039</u></b>	<b><u>7.637</u></b>	<b><u>8.241</u></b>	<b><u>7.832</u></b>

<u>Não Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Direito de outorga	19.921	24.176	22.486	27.780
<b>Total</b>	<b><u>19.921</u></b>	<b><u>24.176</u></b>	<b><u>22.486</u></b>	<b><u>27.780</u></b>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E. de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de setembro de 2014 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		<u>Total</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
Saldo de parcelas	12	35	47

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 30 de setembro de 2014 ao Poder Concedente foi de R\$9.385 (R\$5.580 de parcela fixa e R\$3.805 de parcela variável).

## Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2014, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2015 (após setembro)	1.927
2016	7.710
2017	7.710
2018	<u>5.139</u>
	<u>22.486</u>

### 16. PROVISÕES

#### Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de setembro de 2014 é conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30.09.2014</u>
Cíveis	1.003	36	(72)	(36)	931
Trabalhistas	<u>49</u>	<u>12</u>	<u>(25)</u>	<u>(6)</u>	<u>30</u>
Total	<u>1.052</u>	<u>48</u>	<u>(97)</u>	<u>(42)</u>	<u>961</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$1.542 e R\$854, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de setembro de 2014 (R\$2.500 e R\$911 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

#### Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados



## Notas Explicativas

os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de setembro de 2014 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2013	16.314	68.697	2.268
Adições	-	18.423	
Utilizações	(5.963)	-	
Ajuste a valor presente	-	3.842	107
Transferências	<u>15.515</u>	<u>(15.515)</u>	<u>2.375</u>
Saldos em 30.09.2014	<u>25.866</u>	<u>75.447</u>	<u>2.375</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2014, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$18.291 (R\$20.879 em 31 de dezembro de 2013).

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$128.514, integralizado pelo valor de R\$117.655. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de setembro de 2014 estão demonstradas a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	<u>30.09.2014</u> Quantidade de ações integralizadas	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	125.040.451	<u>114.181.880</u>	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

### Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

### Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

## Notas Explicativas

No período findo em 30 de setembro de 2014, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$47.252, pagos em abril de 2014 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 18 de agosto de 2014 a sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de junho de 2014 no montante de R\$42.330, mediante a utilização dos saldos da conta de reservas de lucros a títulos de dividendos declarados na Reunião da Administração de 18 de agosto de 2014.

### Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2014 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$5.129, líquido de R\$904, referente ao imposto de renda retido na fonte, dos quais R\$1.969 foram pagos em 01 de abril de 2014.

## 18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	89.704	253.715	86.319	236.967
Receita de serviços de construção	11.698	45.205	15.559	22.029
Outras receitas	<u>562</u>	<u>1.713</u>	<u>541</u>	<u>1.568</u>
	<u>101.964</u>	<u>300.633</u>	<u>102.419</u>	<u>260.564</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	101.964	300.633	102.419	260.564
ISSQN	(4.496)	(12.720)	(4.327)	(11.879)
PIS	(592)	(1.680)	(572)	(1.568)
COFINS	<u>(2.738)</u>	<u>(7.760)</u>	<u>(2.642)</u>	<u>(7.244)</u>
Receita líquida	<u>94.138</u>	<u>278.473</u>	<u>94.878</u>	<u>239.873</u>

**Notas Explicativas****19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

Custos:	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custo de construção	11.698	45.206	15.559	22.029
Com pessoal	2.156	6.801	2.598	7.506
Serviços de terceiros	3.827	11.410	3.843	11.087
Depreciação / amortização	12.328	34.427	11.651	32.515
Custos com poder concedente	1.356	3.837	1.305	5.857
Seguros / garantias	513	1.421	444	1.146
Conservação	1.453	4.961	1.878	5.633
Provisão de manutenção em rodovias	9.854	31.295	11.286	30.901
Outros	<u>1.204</u>	<u>3.720</u>	<u>911</u>	<u>4.050</u>
Total	<u>44.389</u>	<u>143.078</u>	<u>49.475</u>	<u>120.724</u>

Despesas:	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Com pessoal	2.760	6.974	1.023	3.032
Serviços de terceiros	1.238	2.636	566	1.502
Depreciação / amortização	90	250	96	299
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	28	(49)	606	619
Seguros / garantias	8	25	7	21
Outros	<u>1.514</u>	<u>4.098</u>	<u>737</u>	<u>2.076</u>
Total	<u>5.638</u>	<u>13.934</u>	<u>3.035</u>	<u>7.549</u>

**20. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

Receitas financeiras:	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Juros ativos	11.218	27.434	5.913	14.983
Aplicações financeiras	<u>2.037</u>	<u>10.042</u>	<u>1.633</u>	<u>5.347</u>
Total receitas	<u>13.255</u>	<u>37.476</u>	<u>7.546</u>	<u>20.330</u>

Despesas financeiras:	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Encargos financeiros	(13.562)	(42.273)	(8.369)	(28.262)
Atualização monetária do ônus da concessão	(204)	(1.697)	(908)	(2.263)
Ajuste a valor presente	(1.261)	(3.948)	(1.002)	(3.146)
Outras despesas	<u>(232)</u>	<u>(539)</u>	<u>(691)</u>	<u>(1.219)</u>
Total despesas	<u>(15.259)</u>	<u>(48.457)</u>	<u>(10.970)</u>	<u>(34.890)</u>

**Notas Explicativas****21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

## b) Informações suplementares

	<u>30.09.2014</u>	<u>30.09.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(355)	3.420
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	3.161	1.461

**22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos nove meses e trimestres findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	41.801	109.657	38.936	96.760
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(14.212)	(37.283)	(13.238)	(32.898)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	788	2.052	585	1.951
Outros ajustes	<u>(250)</u>	<u>330</u>	<u>(127)</u>	<u>4</u>
Despesa contabilizada	<u>(13.674)</u>	<u>(34.901)</u>	<u>(12.780)</u>	<u>(30.943)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(16.164)	(42.172)	(15.808)	(38.043)
Diferidos	2.490	7.271	3.028	7.100

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

## Notas Explicativas

Até a conclusão das informações trimestrais de 30 de setembro de 2014 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta Lei, para o exercício de 2014.

### 23. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico/Diluído</u>	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro do período	28.127	74.756	26.156	65.817
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>114.182</u>	<u>114.182</u>	<u>114.182</u>	<u>114.182</u>
Lucro por ação	<u>0,2463</u>	<u>0,6547</u>	<u>0,2290</u>	<u>0,5764</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de setembro de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

### 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

#### Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

## Notas Explicativas

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

### Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<b>Ativos</b>	<b>Empréstimos recebíveis</b>	<b>Empréstimos recebíveis</b>
Caixa e equivalentes de caixa	27.698	195.356
Aplicações financeiras	37.184	11.541
Partes relacionadas	377.567	254.244
Contas a receber clientes	21.931	18.285
Outras contas a receber	226	131
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<b>Passivos</b>	<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>
Fornecedores e cauções contratuais	7.761	7.425
Empréstimos e financiamentos	-	121
Debêntures	465.024	457.006
Partes relacionadas	5.732	4.472
Credores pela concessão	27.960	31.813
Outras contas a pagar	608	323

## Notas Explicativas

### Riscos de mercado

#### a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

#### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>	<u>Cenário IV (- 25%)</u>
CDI	12,00%	15,00%	18,00%	9,00%
Juros a incorrer (*)	(34.140)	(43.229)	(51.181)	(18.174)
Receita de aplicações Financeiras	7.637	9.546	11.455	5.727
Receita financeira de mútuo	49.611	60.691	71.761	38.433
IPCA	6,40%	8,00%	9,60%	4,80%
Juros a incorrer (*)	<u>(17.525)</u>	<u>(21.964)</u>	<u>(27.505)</u>	<u>(15.155)</u>
Juros a incorrer líquido (*)	<u>5.583</u>	<u>5.044</u>	<u>4.530</u>	<u>10.831</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

#### c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$21.006 e R\$17.620, respectivamente, de decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

## Notas Explicativas

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

No decorrer do exercício de 2013, entraram em operação as empresas DBtrans Autopresso e Conectcar, também atuando na modalidade de cobrança pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, sendo os seus saldos em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 de R\$5 e R\$179 e R\$5 e R\$115, respectivamente, registrados na rubrica "Contas a receber".

Na rubrica "Contas a receber", ainda temos as modalidades de recebimento de receitas de pedágio via cupons através da DBtrans S/A, cujos saldos em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 são de R\$341 e R\$ 312, respectivamente. Existe também o recebimento de pedágio via cartão VISA, sendo os saldos em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 de R\$248 e R\$ 119, respectivamente.

### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:



## Notas Explicativas

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u> (em diante)	<u>Total</u>
Debêntures - CDI	11%	-	66.078	65.319	64.409	195.806
Debêntures - IPCA	15%	16.586	127.641	116.506	117.187	377.920
Outorga	3,5%	<u>1.948</u>	<u>8.093</u>	<u>8.592</u>	<u>15.514</u>	<u>34.147</u>
Total		<u>18.535</u>	<u>201.812</u>	<u>190.416</u>	<u>197.110</u>	<u>607.873</u>

### 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

### 26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*) Responsabilidade civil	180.000 17.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	92.626
(*) Por sinistro		

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autovias S/A

Ribeirão Preto - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autovias S/A (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 05 de novembro de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1 SP 124504/O-9 Contador CRC 1 SP 139268/O-6

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas de ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

José Fernando Nogueira

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

José Fernando Nogueira

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro